

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v16i27.678>

A DIVISÃO DO PODER: Pedro de Araújo Lima, os irmãos Cavalcanti de Albuquerque e os Rego Barros entre Pernambuco e o Centro no Século XIX¹

THE DIVISION OF POWER: Pedro de Araújo Lima, the Cavalcanti de Albuquerque brothers and the Rego Barros between Pernambuco and the Political Center on the 19th century

LA DIVISIÓN DEL PODER: Pedro de Araújo Lima, los hermanos Cavalcanti de Albuquerque y los Rego Barros entre Pernambuco y el centro del poder en el Siglo XIX

PAULO HENRIQUE FONTES CADENA

Doutor – UFPE e professor do curso de História da Universidade Católica de Pernambuco.
Recife/ Pernambuco/ Brasil
cadenapaulo@gmail.com

Resumo: Este artigo traça, resumidamente, as trajetórias políticas de Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda), Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Albuquerque), Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Suassuna), Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Camaragibe) e Francisco do Rego Barros (Conde da Boa Vista): todos políticos nascidos em Pernambuco. O objetivo principal é compreender como se davam as interações entre os Cavalcanti de Albuquerque, os Rego Barros e Araújo Lima. Também queremos perceber como esses políticos transitavam entre a província de Pernambuco e o centro do poder no Brasil do Século XIX.

Palavras-chave: Pernambuco. Brasil Império. Poder político.

Abstract: This paper briefly describes the political trajectories of Pedro de Araújo Lima (Marquis of Olinda), Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque (Viscount of Albuquerque), Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Viscount of Suassuna), Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Viscount of Camaragibe) and Francisco do Rego Barros (Count of Boa Vista): all politicians born in Pernambuco. The main objective is to understand how the interactions between the Cavalcanti de Albuquerque, the Rego Barros and Araújo Lima occurred. We also want to understand how these politicians traveled between the province of Pernambuco and the Center of power, in Brazil, in the 19th century.

Keywords: Pernambuco. Brazilian Empire. Political power.

Resumen: Este artículo traza, brevemente, las trayectorias políticas de Pedro de Araújo Lima (Marqués de Olinda), Antonio Francisco de Paula y Hollanda Cavalcanti de Albuquerque (Vizconde de Albuquerque), Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Vizconde de Suassuna), Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Vizconde de Camaragibe) y Francisco do Rego Barros (Conde de Boa Vista): todos políticos nacidos en Pernambuco. La meta principal es comprender cómo se daban las interacciones entre los Cavalcanti de Albuquerque, los Rego Barros y Araújo Lima. También queremos percibir cómo esos políticos transitaban entre la provincia de Pernambuco y el centro del poder en el Brasil del siglo XIX.

Palabras-clave: Pernambuco. Brasil Imperio. Poder político.

¹ Artigo submetido à avaliação em agosto de 2018 e aprovado para publicação em janeiro de 2019.

Aos 24 de maio de 1862, Pedro II fazia Zacarias de Góis e Vasconcelos² organizar novo ministério para o Império do Brasil. Com a composição formada, quase toda de deputados gerais, retirou da Câmara o pernambucano Antonio Coelho de Sá e Albuquerque³ para assumir a pasta de agricultura, comércio e obras públicas⁴. A vida do gabinete foi curta. Em menos de uma semana já havia outro presidente do conselho: o Marquês de Olinda. Assim, Sá e Albuquerque ficava sem vagas na Câmara e no Ministério⁵.

Chamadas as eleições para uma cadeira de deputado geral por Pernambuco, o novo ministério se empenharia em levar Sá e Albuquerque de volta à Câmara. Ele era um daqueles muitos juristas que foram formados pelo Curso Jurídico de Olinda. Em 1853 era deputado. No ano de 1864 subiria ao Senado⁶. Deve ter sido aluno do Visconde de Camaragibe⁷, em Olinda, o que não foi levado em conta no curso eleitoral. Além de que, no ano de 1862, o presidente da Câmara era o próprio Camaragibe⁸: o líder dos conservadores de Pernambuco, nesse momento, trabalhando em campo oposto ao Marquês de Olinda.

Quem ganhou a eleição foi outro jurista: Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti⁹, com o apoio do Visconde de Camaragibe, como denunciou o Marquês de Olinda ao Imperador Pedro II¹⁰. A indigestão no ministério era tão grande, que o Marquês de Abrantes¹¹, ministro de estrangeiros, fazendo queixas a Pedro II, colocava “que era preciso que o ministério

² Zacarias de Góis e Vasconcelos. Nasceu a 5 de novembro de 1815, na Bahia. Presidente do Piauí e Sergipe na década de 1840. Senador e Ministro. Faleceu em 28 de dezembro de 1877. Para saber mais: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *Zacarias de Góis e Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 2002.

³ Antonio Coelho de Sá e Albuquerque. Nasceu em Pernambuco, em 1821. Bacharel pela Academia de Olinda (1842). Em 1853 já era deputado geral. Senador desde 1864. Ministro. Faleceu em 22 de fevereiro de 1868, com 47 anos. Para saber mais: PEREIRA DA COSTA, F.A. *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 62 - 67.

⁴ *Organizações e Programas Ministeriais*. Regime Parlamentar no Império. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, p. 129.

⁵ *Ibid.*, p. 130.

⁶ PEREIRA DA COSTA, F.A. *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 63.

⁷ Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Visconde de Camaragibe. Um dos irmãos Cavalcanti de Albuquerque. Nasceu em 1806. Foi deputado provincial, geral e senador. Professor do Curso Jurídico de Olinda. Diretor da Faculdade de Direito do Recife. Faleceu em 1875. Para saber mais: PEREIRA DA COSTA, F.A. *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 746 – 748.

⁸ *Organizações e Programas...* op. cit., p. 263.

⁹ Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti. Pernambucano. Era magistrado. Deputado na legislatura de 1843 – 1844, 1850 – 1852, Senador desde 1871. Para saber mais: *Organizações e Programas...* op. cit., passim.

¹⁰ HEMEROTECA DIGITAL. D. PEDRO II. Diário de 1862. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Anuário do Museu Imperial*, v. 17. Petrópolis, 1956, p. 168.

¹¹ Miguel Calmon du Pin e Almeida, Marquês de Abrantes. Foi batizado em 1796, na Bahia. Deputado, senador e ministro. Para saber mais: SISSON, S. A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 99 – 106.

Outros Tempos, vol. 16, n. 27, 2019, p. 208 - 226. ISSN: 1808-8031

mostrasse que se não deixava bigodear¹².” A derrota era ministerial; menos para um dos seus componentes: o Visconde de Albuquerque¹³, o irmão do Visconde de Camaragibe.

O Ministério Olinda sofreria ainda nova derrota com o mesmo candidato, em Pernambuco. Em março de 1863, com a morte de Sebastião do Rego Barros¹⁴, abria-se nova vaga na Câmara. Um observador concluiu que “o Marquês de Olinda tinha nessa luta empenhado o seu capricho¹⁵”, luta de restabelecer Sá e Albuquerque como deputado. Para alcançarem a possível vitória, “a guarda nacional foi um fértil recurso de recompensa a serviços prestados a eleição do Conselheiro Sá e Albuquerque por via das falsificações das atas dos colégios¹⁶.” Mas, nem com isso o objetivo seria cumprido: por um voto, o candidato do Visconde de Camaragibe, Joaquim Pires Machado Portella, ex-integrante das frentes do Marquês de Olinda, conseguiria a vaga¹⁷. Mais uma derrota do Ministério.

Enquanto em Pernambuco o Marquês de Olinda ia perdendo as alianças com os Cavalcanti de Albuquerque (Viscondes de Albuquerque, Camaragibe e Suassuna), na Corte, o seu prestígio atingia altos níveis junto a Pedro II. Ainda conquistaria mais uma presidência de conselho de Ministros entre 1865 e 1866¹⁸. Foi nesse momento que o político e romancista José de Alencar chamou o já idoso Marquês de “vice-rei”, pelo poder acumulado desde as suas regências (1837 – 1840) até a década de 1860¹⁹.

O caso das não-eleições de Sá e Albuquerque serve como exemplo para mostrarmos os desencontros entre o Marquês de Olinda e a política pernambucana: como ele se movia ante os corredores da Corte e a distância de Pernambuco. Se era tão poderoso junto a Pedro II, não conseguia eleger um deputado na província. Nesse artigo queremos mostrar as relações do Marquês de Olinda com os pernambucanos, partindo das interações dele com os irmãos Cavalcanti de Albuquerque – Viscondes de Albuquerque, Camaragibe e Suassuna – e com o Conde da Boa Vista, primo desses últimos.

¹²HEMEROTECA DIGITAL. D. PEDRO II. Diário de 1862. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Anuário do Museu Imperial*, v. 17. Petrópolis, 1956. p. 169.

¹³ Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Albuquerque. Nasceu em 21 de agosto de 1797, em Pernambuco. Foi deputado geral, Senador e ministro. Faleceu em 1863. Para saber mais: PEREIRA DA COSTA. *Dicionário...* op. cit., p. 93 – 98.

¹⁴ Sebastião do Rego Barros. Nasceu em 1803, em Pernambuco. Irmão do Conde da Boa Vista. Primo dos Cavalcanti de Albuquerque. Era militar. Foi deputado geral já em 1830. Foi ministro. Faleceu em 1863. Para saber mais: PEREIRA DA COSTA. *Dicionário...* op. cit., p.774 -776.

¹⁵ ELEIÇÃO de 1863 em Pernambuco por Filopemen. Pernambuco: Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filho, 1863. p. 28.

¹⁶ Ibid., p. 29.

¹⁷ Ibid.

¹⁸ *Organizações e programas ...* op. cit., p. 141 – 143.

¹⁹ ALENCAR, José de. *Cartas de Erasmo*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. p. 249.

Na Corte, construindo o poder: Pedro de Araújo Lima

Pedro de Araújo Lima – Visconde (1841) e Marquês (1854) de Olinda²⁰ – teve uma trajetória de vida que se afina com aquelas estudadas por José Murilo de Carvalho: um filho de senhor de terras que vai para Coimbra formar-se em Direito e passa à política²¹. Era descendente do senhor do Engenho Antas, alocado em Sirinhaém, Pernambuco, Manoel de Araújo Lima. Nascido aos 22 de dezembro de 1793, na mesma Sirinhaém, Pedro foi mandado ao Recife, pelo pai, para estudar com os padres Oratorianos da Madre de Deus. Com tal propósito, hospedou-se na casa do esposo de dona Rita Florência de Lima – irmã de Pedro – José Gonçalves Pereira: um comerciante da praça de Pernambuco, que tratava com escravos²².

Em 1813, Pedro de Araújo Lima partiu para os estudos em Coimbra. Naquele mesmo ano, era o Capitão de Infantaria de Ordenanças de uma das Companhias do termo da Vila de Sirinhaém. Chegado em terras lusas deve ter escutado as insatisfações portuguesas com o abandono de D. João VI. Conheceu muita gente, comprou livros em abundância, formou-se e doutorou-se em Cânones: formação completa, conseguida por poucos²³. Maria Beatriz Nizza da Silva, estudando os anos finais do século XVIII e os iniciais do XIX, apontou que existia o “abandono dos estudos por alguns ao fim de um ou dois anos de frequência.” Indicou: dos 96 pernambucanos presentes na Universidade de Coimbra entre 1770 e 1808, 36 não findaram os objetivos²⁴. Mas, com Pedro de Araújo Lima foi diferente.

Observando de perto o caso de Pedro de Araújo Lima percebemos que era necessária uma intrincada junção de fatores, como bons relacionamentos e muito dinheiro, para haver a completude dos estudos. Alguns estudantes não possuíam esses itens e retornavam ao Brasil em meio ao processo educacional. Araújo Lima conseguiu terminar o doutoramento em Cânones alicerçado no poder das relações do comércio de gente, do latifúndio e do açúcar: fatores de antiguidade em Pernambuco²⁵.

²⁰ PEREIRA DA COSTA. *Dicionário...* op. cit., p. 740.

²¹ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem / Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. passim.

²² INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB). Coleção Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. *Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima*.

²³ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. *Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima*.

²⁴ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Pernambuco e a cultura da ilustração*. Recife: EdUFPE, 2013. p. 44; 50.

²⁵ Para saber mais sobre a formação de Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda, e suas relações com os negociantes de escravos, ver: CADENA, Paulo Henrique Fontes. *O Vice-Rei: Pedro de Araújo Lima e a governança do Brasil no século XIX*. 2018. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. p. 47 – 143; 192 – 200.

Outros Tempos, vol. 16, n. 27, 2019, p. 208 - 226. ISSN: 1808-8031

Antes de junho de 1821 Pedro de Araújo Lima havia retornado de Portugal. Entretanto, não viu a revolução de 1817 acontecer em Pernambuco, aos 6 de março, quando um grupo de comerciantes, militares e senhores de engenho separaram aquela parte do Brasil do restante do Reino Unido, formando uma República. Mas, se os Araújo Lima de Sirinhaém não se envolviam, aparentemente, no ato, outras famílias estariam com os laços atados aos revoltosos, perdendo bens e parentes ao fim da repressão. Um desses casos é o dos Cavalcanti de Albuquerque, tendo Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Suassuna) participado ativamente nas batalhas²⁶.

Ao que parece, os interesses dos grupos aos quais estava ligado o pai de Pedro de Araújo Lima – senhores de engenho, comerciantes e negociantes de escravos – é o que garantia a subida do jovem jurista à política. Era 7 de junho de 1821 quando ele seria eleito um dos deputados às Cortes Portuguesas²⁷, junto com o comerciante Manoel Zeferino dos Santos, os revoltosos de 1817 Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira e padre Francisco Muniz Tavares, dentre outros. Nesse momento, Pedro de Araújo Lima estava em Recife. Devia estar se cercando do vereador de origem portuguesa e correspondente de Manoel de Araújo Lima, Bento José da Costa, e de outros comerciantes para conseguir vaga entre os deputados. O início da carreira pública de Pedro de Araújo Lima estará ligado ao comércio de bens e de gente, o que se estenderá até a morte em 1870.

É com esse apoio que Pedro de Araújo Lima, com o Brasil separado de Portugal, em 1823, toma lugar na Assembleia Constituinte, que será dissolvida por Pedro I a 12 de novembro. E, logo após, no dia 14, o deputado pernambucano assumiu a pasta ministerial do Império. Pedindo retirada, era substituído no dia 17²⁸. Colocou para o imperante que era inexperiente, moço e “desconhecia a engrenagem administrativa”, como indicou Cascudo²⁹. Entretanto, ser lembrado e assumir a pasta demonstrava: os laços atados pelos nós da ampla teia dos Araújo Lima chegavam até Pedro I. Assim, nesse momento, Pedro de Araújo Lima surgia como um político de projeção nacional, com muitos elos entre a Corte e Pernambuco.

Nas legislaturas de 1826 – 1829, 1830 – 1833 e 1834 – 1837, Pedro de Araújo Lima conquistou vagas, em todas, pela Província de Pernambuco³⁰. Entre 1827 e 1828 ocupou

²⁶ MARTINS, Joaquim Dias. *Os mártires pernambucanos vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*. Recife: Typ. De F. C. de Lemos e Silva, 1853. p. 11 – 14; 46 – 61.

²⁷ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. *Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima*.

²⁸ *Organizações e Programas...* op. cit., p. 9.

²⁹ CAMARA CASCUDO, Luiz da. *O Marquez de Olinda e seu tempo (1793 – 1870)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p. 84.

³⁰ *Organizações e Programas...* op. cit., p. 279 – 289.

Outros Tempos, vol. 16, n. 27, 2019, p. 208 - 226. ISSN: 1808-8031

o ministério do Império e, em 1832, o da Justiça³¹. Todos esses dados mostram as boas relações do político entre o local e a Corte, conseguindo ser eleito nas vagas do legislativo e sendo indicado, no Rio de Janeiro, para sair da Câmara e assentar-se entre os ministros.

Se na Província de Pernambuco Pedro de Araújo Lima aliava-se aos senhores de terras, comerciantes e traficantes de escravos, no Rio de Janeiro encontraria um bom casamento para integrar os seus benefícios: Dona Luíza Bernarda Figueiredo Lima, esposa de Pedro, era filha do Desembargador José Bernardo de Figueiredo³².

José Subtil, estudando o Antigo Regime, colocou: “os desembargadores são, por excelência, actores da alta política³³”, e parece que a característica adentra o Brasil do Oitocentos. Como mostrou José Murilo de Carvalho, o domínio político brasileiro do século XIX passava pelas mãos dos magistrados, que geralmente, quando assumiam cargos políticos, votavam com o governo³⁴. Araújo Lima, pois, assumiria mais uma voz, além da dos traficantes-comerciantes, ante as alianças feitas: votar com o governo, pelos magistrados. E como mostrou o mesmo autor: “em torno de 50% dos magistrados e advogados tinham ligação direta ou indireta com a propriedade rural³⁵”. Assim, Araújo Lima não gerava desconfiança ao grupo de origem – senhores de engenho – e nem aos seus traficantes de estimação.

Os apoios deviam ser recíprocos entre o sogro-desembargador e Pedro de Araújo Lima. Figueiredo ajudou Araújo Lima a consolidar-se, ainda mais, no poder, no início da vida pública. Era um excelente elo nessa corrente bem forjada. Se desde a década de 1810 José Bernardo de Figueiredo assumia altos cargos no judiciário, em 1848 ele era reconduzido ao lugar de presidente do Supremo Tribunal de Justiça³⁶: muito provavelmente pelos esforços do genro. Mas, a figura de Figueiredo influenciará na subida de Araújo Lima à Regência, em 1837.

Ainda em 1837, Araújo Lima não conseguia vaga no Senado, pelo Rio de Janeiro. Mas, no mesmo ano, morria Bento Barroso Pereira, senador ocupando uma vaga pernambucana. Naturalmente, uma cadeira ficava livre³⁷. As eleições seriam em junho. Em

³¹ *Organizações e Programas...* op. cit., p. 21; 43.

³² IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. *Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima*.

³³ SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes. *Actores, territórios e redes de poder, entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Curitiba: Juruá, 2011. p. 83.

³⁴ CARVALHO, op. cit., p. 113.

³⁵ *Ibid.*, p. 112.

³⁶ HEMEROTECA DIGITAL. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 7872. Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1848.

³⁷ CAMARA CASCUDO, op. cit., p.165.

Outros Tempos, vol. 16, n. 27, 2019, p. 208 - 226. ISSN: 1808-8031

abril daquele ano, as páginas dos jornais eram incendiárias. Em 24 de abril, o “Diário de Pernambuco” publicava texto sem assinatura. O escritor informava que, na Província, dois eram os partidos e “os candidatos, quer de um, quer de outro reunirão sempre maior número de votos, do que aqueles que forem somente votados em certas Comarca[s], e somente por número circunscrito de pessoas³⁸”. Ou seja, parece que muita gente arvorava, naquele momento, a ascensão senatorial. E devia ter, mesmo, grande agitação. Não era corriqueira a morte de um Senador. Como o cargo era vitalício, existia a estranha torcida pelo falecimento dos sujeitos, que nem sempre morriam quando se era esperado ou necessário. As sequências de nomes iam surgindo; mas, espantava o redator que “em nenhuma das listas, se encontre o nome do Doutor Pedro d’Araújo Lima!”. Entretanto, não nos alerta essa informação. Eram os Cavalcanti de Albuquerque, família do Visconde de Albuquerque, quem dominavam a província. Araújo Lima era nome muito mais ligado aos problemas da Corte, para os contemporâneos, que aos de Pernambuco, mesmo sendo um dos seus chefes políticos.

O escrito publicado no “Diário de Pernambuco” informava, ainda, que Araújo Lima era sempre votado e vencedor nas eleições para deputados gerais, mesmo não sendo incluído nas listas. E completava: “[...] ele exerce essa preponderância sobre os eleitores, é inútil que seu nome seja incluído na chapa desse ou daquele partido³⁹”. Ele era uma liderança pernambucana, forjada junto aos traficantes de escravos, homens de negócios, bacharéis e políticos, mesmo que os Cavalcanti gozassem de uma imensa clientela e prestígio. Segundo Cascudo, o Visconde de Albuquerque estava atrelado ao “maior poderio eleitoral e econômico que Pernambuco possuiu numa só família⁴⁰.” Entretanto, Araújo Lima não deixava de ser poderoso por ali.

E o redator do “Diário de Pernambuco” prosseguia em seu registro: “Eleitores pernambucanos! Não deis ouvidos a partidos, suas inspirações, seus feitos, são sempre nocivos ao país. Se algum deles vos oferecer candidatos dignos de vossa confiança, aceitai-os, porém, lembrai-vos que o Doutor Araújo Lima deve ser um deles⁴¹.” A independência de partidos sempre era atrelada ao nome de Araújo Lima nas campanhas políticas. E o texto jornalístico continuava. Lembrava ter, Araújo Lima, participado da lista pelo Rio de Janeiro,

³⁸ HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*, n. 90. Recife, 24 de abril de 1837.

³⁹ *Ibid.*

⁴⁰ CÂMARA CASCUDO, *op. cit.*, p. 142.

⁴¹ HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*, n. 90. Recife, 24 de abril de 1837.

Outros Tempos, vol. 16, n. 27, 2019, p. 208 - 226. ISSN: 1808-8031

“e que não foi escolhido, talvez por preferirem que ele saísse eleito por sua própria Província⁴²”: o que ocorreria.

O que parece ser comunicado do mesmo redator, vinha escrito em 19 de maio de 1837. Dirá: “nunca um só instante duvidei que a subalterna criadagem de certa família poderosa, deixasse de levantar terrível celeuma⁴³.” Ou seja: os Cavalcanti de Albuquerque e os seus sequazes criavam embaraços nas campanhas eleitorais de Pedro de Araújo Lima: claro, eram seus adversários mais próximos.

Mesmo com todas as brigas entre os grupos pernambucanos, a lista tríplice mostrava a força dos Cavalcanti: Holanda Cavalcanti (Visconde de Albuquerque) com 292 votos, seu irmão Francisco de Paula (Visconde de Suassuna) com 206 e Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda), em último, com 186⁴⁴. Não havia nada que não fosse esperado. Araújo Lima não era uma potência eleitoral na província. Mesmo que mandasse naquelas partes locais, os Cavalcanti de Albuquerque lucravam com a proximidade da terra: estavam alocados em Pernambuco, os Visconde de Camaragibe e Suassuna, irmãos do Visconde Albuquerque. A surpresa viria depois.

Pedro de Araújo Lima era o terceiro nome da lista e seria o escolhido pelo padre Diogo Antonio Feijó para ascender ao Senado, em 5 de setembro de 1837⁴⁵. Holanda Cavalcanti (Visconde de Albuquerque) havia sido o adversário do sacerdote na eleição regencial de 1835. Não esqueceria fácil as ofensas e palavras duras de Holanda contra ele no parlamento. Não havia surpresa naquele ato do regente. E percebamos: Araújo Lima possuía itens importantes em comum com Feijó, como terem participado das Cortes de Lisboa.

O governo regencial não seguia com tranquilidade. Segundo o redator da “Necrologia do Senador Diogo Antonio Feijó”, o “estado era lastimoso⁴⁶”. Nada ia se afinando. A grande orquestra do Império do Brasil desandava. O Regente não conseguia levar à frente aquela ópera trágica, com tantos cantores gritando no palco, querendo a queda do padre. Ainda concorria o público, que, das ruas, soltava as críticas. Não havia palmas. Com isso, Feijó buscava quem o sucedesse. Convidou Limpo de Abreu para retornar ao ministério dos negócios do Império, mas escutou um sonoro não⁴⁷. Procurou Araújo Lima. “Disse-lhe que a sua escolha de senador precederia ao decreto da sua nomeação para a pasta do Império,

⁴² Ibid.

⁴³ HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*, n. 107. Recife, 19 de maio de 1837.

⁴⁴ CÂMARA CASCUDO, op. cit., 166.

⁴⁵ Ibid.

⁴⁶ *Necrologia do Senador Diogo Antonio Feijó escrita por *** e publicada pelo Dr. Mello Moraes (A.J. de)*. Rio de Janeiro: Typographia Brasileira – Editor J.J. do Patrocínio, 1861, p. 36.

⁴⁷ Ibid.

que S. Ex. havia aceitado, e deveria realizar-se, logo que chegassem os seus animais, e no mesmo dia em que tivesse de retirar-se para a sua província⁴⁸.” Era só um curto espaço de tempo que separava Araújo Lima da Regência.

Havia pressa. Feijó ia ganhando horror à Regência. Era tão grave a questão, que “se banhava em suores, quando alguém o procurava nessa qualidade [de Regente]⁴⁹”. Assim, com a nomeação de Araújo Lima para o Senado, assinou, Feijó, no dia 18 de setembro de 1837, o decreto de Ministro do Império para o político pernambucano, “retirando-se no seguinte para a chácara de seu amigo e compadre, o Sr. Bernardo José de Figueiredo”, donde, ali, escreveu ofício de demissão e um manifesto, explicando a saída do cargo⁵⁰.

Ao menos desde 1831 já se falava da subida de Pedro de Araújo Lima à Regência do Império do Brasil e das armações com essa finalidade. Na parte “Comunicado”, o periódico “O Repúblico”, de Borges da Fonseca⁵¹, indicava: “Há dias a esta parte tem-se falado muito que um novo partido se tem desenvolvido para por ao Sr. Araújo Lima na Regência⁵².” E, ainda aos 21 de maio de 1831, colocava: “embora o Sr. Araújo Lima entre para a Regência, o Brasil, desde 1824 está com os olhos sobre ele⁵³.” Com isso, pelos dias de 1831, Araújo Lima já possuía pelo menos um adversário para sua pretensa ascensão regencial. Passando pelas eleições de 1835, o senador não seria nome recém-descoberto para ocupar aquele cargo.

Também não era novo o nome de Pedro de Araújo Lima como indicado para o ministério do Império no governo Feijó. Em 1838, em meio ao pleito eleitoral da regência, era publicado no jornal “O Parlamentar”, um texto sob o título “Deus de Justiça! A ser assim, até onde pode chegar a perversidade humana⁵⁴”. Lá era perguntado a Araújo Lima: “porque não aceitou o ser ministro do império em 1835, quando foi para esse lugar convidado?” O próprio redator respondia: “Dir-nos-á: porque não queria servir com o ex-regente? E porque continuou a fazer-lhe a corte mais hipócrita e humilde? Para pilhar sem sacrifício o que ele

⁴⁸ Ibid.

⁴⁹ *Necrologia do Senador...* op. cit., p. 36 – 37.

⁵⁰ Ibid., p. 37.

⁵¹ Antonio Borges da Fonseca era paraibano. Estudou no Seminário de Olinda. Segundo Amaro Quintas, era “jornalista destemido, tornou-se célebre pelo grande número de jornais que redigiu, imprimindo em todos a marca de seu temperamento irrequieto e rebelado.” Envolvera-se na revolução praieira de 1848, em Pernambuco. Para saber mais: QUINTAS, Amaro. O sentido social da Revolução Praieira. In: *Amaro Quintas, o historiador da liberdade*. Recife: CEPE, 2011. p. 228 – 237.

⁵² HEMEROTECA DIGITAL. *O Repúblico*. Rio de Janeiro, n. 66, 17 de maio de 1831.

⁵³ HEMEROTECA DIGITAL. *O Repúblico*. Rio de Janeiro, n. 68, 21 de maio de 1831.

⁵⁴ HEMEROTECA DIGITAL. *O Parlamentar*. Rio de Janeiro, n. 53, 11 de abril de 1838. Título em caixa-alta, no original.

podia dar!⁵⁵”. Ao que parece, o escritor estava certo. Araújo Lima esperava o melhor momento para dar o bote. Cercava o cargo mas não se colocava dentro do governo. Espreitava. E como era alguém próximo de Feijó, o cortejava.

Desde o dia 19 de setembro, já saído da Regência, Feijó “só tratava do seu regresso”. Com os animais prontos, na madrugada do dia 12 de outubro, “saiu de Andarahy, em seu carro com o compadre Figueiredo, e um outro amigo⁵⁶”. Naquele mesmo dia, seguiu para São Paulo.

Mello Moraes, que editou o texto e o publicou em 1861, não expôs o autor. Apenas disse ser um amigo íntimo do senador Feijó⁵⁷. Entretanto, pode ter sido ele mesmo o dono da pena. Mas, qual a causa de pensarmos isso? Os detalhes da cena da saída de Feijó. Se relembramos o que dissemos mais acima, o sogro de Pedro de Araújo Lima era o desembargador José Bernardo de Figueiredo. O leitor atento já deve ter juntado algumas peças desse quebra-cabeça: o “amigo e compadre” de Feijó, a aparecer na “Necrologia” é Bernardo José de Figueiredo, que o abrigou em sua chácara. Talvez a inversão do nome seja proposital: não seria bom para Araújo Lima, na década de 1860, quando era rejeitado pelos seus ex-aliados, ser lembrado como ligado diretamente a Diogo Antonio Feijó. Além do mais, se o Sr. Figueiredo levava Feijó na sua retirada para São Paulo, ia ao lado de outro amigo, sem especificação do nome, que poderia ser Araújo Lima. Ou seja, o jogo já estava armado e muito bem arquitetado: Feijó deixava a regência nas mãos de alguém que tinha laços com ele. E se dissemos da autoria de Mello Moraes, é que ele mesmo poderia ter escutado essa historietta da boca de Araújo Lima. Eram amigos, o escritor-político alagoano e o senador pernambucano. Até uma das dedicatórias da “História do Brasil-Reino e do Brasil-Império” é a Araújo Lima: “o maior vulto que presentemente tem o Brasil⁵⁸”. Mello Moraes também escreveu uma biografia dele⁵⁹ e publicou em 1866, após o texto sobre Feijó.

Se Diogo Antonio Feijó deixou seu amigo Pedro de Araújo Lima na Regência interina, desde 1837, subiria, com ele, Bernardo Pereira de Vasconcellos⁶⁰, o desafeto do padre-regente. Agora, seria o tempo do “Regresso”, aquela composição política que Basile tão

⁵⁵ Ibid.

⁵⁶ *Necrologia do Senador...* op. cit., p. 38.

⁵⁷ Ibid., p.3.

⁵⁸ MELLO MORAES, Alexandre José de. *História do Brasil-Reino e do Brasil-Império*. Tomo I. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982. p. 17.

⁵⁹ IHGB. Cod. 193.6.27 n. 2. MELLO MORAES, Alexandre José de. *Biographia Do Exm. Sr. Marquez de Olinda*. Rio de Janeiro: Tipografia de PINHEIRO & comp., 1866.

⁶⁰ Bernardo Pereira de Vasconcellos. Nasceu em Ouro Preto, Minas Gerais, em 1795. Morreu em 1850. Foi ministro, deputado e senador no Império. Para saber mais: CARVALHO, José Murilo de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999. passim.

bem descreveu, como “núcleo do futuro Partido Conservador”, ligada aos produtores de açúcar do Rio de Janeiro e das Províncias do Norte, comerciantes de grosso trato, burocratas e magistrados⁶¹. Assim, fundavam-se sobre as bases dos ex-moderados, grande parte dos caramurus e novos políticos em ascensão⁶². Era a vitória dos opositoristas do governo Feijó.

Com esse arranjo político, Pedro de Araújo Lima tornava-se regente interino. Era ainda 22 de setembro de 1837 quando, na Câmara, subia à discussão, proposta sobre as eleições regenciais. A dúvida pairava: deveria cumprir, Araújo Lima, o mandato restante de Feijó, até 7 de abril de 1839, ou logo ser chamada a eleição? Naquela sessão, o deputado Rezende foi de opinião que “se deve apelar para a nação, consultando-se a sua vontade⁶³.” Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês de Paraná) reconhecia certa vantagem em que a eleição ocorresse em abril de 1839, “e então talvez não se tivesse de fazer senão uma única eleição, porque o Sr. D. Pedro II chegará a sua maioria quando o Regente nomeado em 1839 terminasse o seu tempo de governar [...]”⁶⁴. Claro é: Carneiro Leão, fazendo parte da base governista, não queria, de modo algum, entregar a regência a alguém que não fosse do seu grupo. Não era correto arriscar aquilo que já estava certo. Mesmo com o protesto, aos 27 de novembro daquele ano, o ministro Bernardo Pereira de Vasconcellos, no parlamento, anunciava: “a eleição do regente há de ser feita sem demora⁶⁵.” E, assim, seria em 22 de abril de 1838.

Muita gente aparecia candidatando-se à vaga regencial. Todavia, dois sujeitos pernambucanos destacavam-se: o regente interino Pedro de Araújo Lima e Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Albuquerque). O resultado das eleições mostrava que a força de Araújo Lima estendia-se ao Brasil inteiro: teria 4.308 votos contra os 1981 de Hollanda Cavalcanti que ficava em segundo lugar. Entretanto, a apuração alerta para outro dado: em Pernambuco, os Cavalcanti impunham o mando: Hollanda Cavalcanti saía com 285 votos; Araújo Lima, 183⁶⁶.

⁶¹ BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831 – 1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Volume II. (1831 – 1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 91.

⁶² *Ibid.*, p. 92.

⁶³ HEMEROTECA DIGITAL. *Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. 1837*. Segundo Volume. Sem indicação de edição. p. 559.

⁶⁴ *Ibid.*

⁶⁵ HEMEROTECA DIGITAL. *Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. 1837*. Segundo Volume. Sem indicação de edição. p. 581.

⁶⁶ HEMEROTECA DIGITAL. *Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. Primeiro Anno da quarta legislatura. Sessão de 1838*. Tomo Segundo. Rio de Janeiro: Typographia de Viúva Pinto & Filho, 1887. p. 610.

Outros Tempos, vol. 16, n. 27, 2019, p. 208 - 226. ISSN: 1808-8031

Seria exatamente o maior adversário regencial de Araújo Lima quem articularia a sua derrubada da regência. Hollanda Cavalcanti (Visconde de Albuquerque) e o irmão Francisco de Paula (Visconde de Suassuna) se uniriam com o padre José de Alencar para formar o Clube da Maioridade. Ainda em 1840, o plano dava certo. Aos 24 de julho daquele ano já subia novo ministério sem regente e com Pedro II. Os Cavalcanti de Albuquerque estavam lá⁶⁷.

Havia muito tempo que Pedro de Araújo Lima e os Cavalcanti de Albuquerque apenas se uniam em tempos de dificuldade para ambos os lados. E assim continuaria, como aconteceu entre 1847 e 1848, para anular o resultado das eleições para o Senado de dois dos seus adversários comuns – Antonio Pinto Chichorro da Gama e Ernesto Ferreira França – eleitos em Pernambuco. Joaquim Nabuco escreveu: “as peripécias dessa eleição formam um episódio saliente de nossa história constitucional. Duas vezes escolhidos, caso único em nossos anais, foram eles duas vezes repelidos do Senado⁶⁸.”

As décadas de 1850 e 1860 veriam o crescimento do poder de Pedro de Araújo Lima, como Visconde e Marquês de Olinda, na Corte. Estaria próximo de Pedro II nos momentos em que o Imperador, dele, precisasse. Mas, ia se afastando da bancada conservadora de Pernambuco, dos aliados que sempre o deram apoio, para se aproximar de alguns liberais, como Souza Franco. Enquanto isso, na Província, o irmão do Visconde de Albuquerque, o Visconde de Camaragibe, projetava-se como líder dos conservadores. Ganhava espaço e eleições, como aquela que já vimos, que derrotou, duas vezes, Sá e Albuquerque e o ministério Olinda.

Entre famílias, a província: os Cavalcanti de Albuquerque, os Rego Barros e Araújo Lima

Se percebemos que Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda, afastava-se da Província de Pernambuco alcançando notoriedade na Corte, avançando nos mais altos cargos do Império, os Cavalcanti de Albuquerque dilatavam-se entre a Corte e Pernambuco, tentando ocupar os mais diversos postos. Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Albuquerque), Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Camaragibe) e Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque

⁶⁷ Para saber mais da queda de Araújo Lima da regência e a subida dos Cavalcanti: CADENA, Paulo Henrique Fontes. *Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser Cavalgado: trajetórias Políticas dos Cavalcanti de Albuquerque* (Pernambuco, 1801 – 1844). Recife: EdUFPE, 2013. p. 159 – 164.

⁶⁸ NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. v. 1. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 96.

Outros Tempos, vol. 16, n. 27, 2019, p. 208 - 226. ISSN: 1808-8031

(Visconde de Suassuna) conseguiram ser o único caso, no Brasil, de três irmãos senadores pela mesma província⁶⁹. Não bastando isso, dividiam-se entre conservadores e liberais. Ou seja, se algum dos partidos caísse, eles continuavam no poder.

Como vimos, em 1817, a família Araújo Lima não se envolveu na revolução. Todavia, os Cavalcanti de Albuquerque mergulharam naqueles dias. Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque – conhecido como Coronel Suassuna –, pai dos Viscondes de Albuquerque, Suassuna e Camaragibe, foi preso na qualidade de réu insurgente, junto ao seu irmão Luiz Francisco. O Visconde de Suassuna, que tem o mesmo nome do pai, também seria encarcerado em 1818. José Francisco, igualmente filho do Coronel Suassuna, foi morto na revolução⁷⁰.

Por causa do crime revolucionário, o Real Erário confiscou a safra do Engenho Suassuna, propriedade dos Cavalcanti, além dos animais e instrumentos para o fabrico do açúcar. Muitos bens foram retirados das mãos da família e vendidos em leilão: parte da Ilha de Joana Bezerra e até “um retrato da posse do Réu insurgente Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque que sendo ele da pessoa do Governador e Capitão General da Capitania de Moçambique José Francisco de Paula Cavalcanti irmão do réu por sete mil réis⁷¹.” Ou seja, os Cavalcanti de Albuquerque viam-se frente a uma severa crise financeira. Os cálculos para a revolução não foram precisos.

Quando José Francisco de Paula Cavalcanti partiu para a África levou consigo um dos seus sobrinhos, filho do Coronel Suassuna, antes mesmo da revolução de 1817 existir. Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, futuro Visconde de Albuquerque, seguiu para o outro lado do Atlântico como ajudante de ordens do tio. Entretanto, nada o impediu de comprar e vender alguns escravos. Ele mesmo, em 1846, confessou na Câmara dos Deputados: “eu mesmo já negocieei com escravos.” Como a “casa estava sequestrada” e “não tinha grandes meios”, comprou escravos em África e os trouxe para o Rio de Janeiro⁷². Como é bem sabido da historiografia, não havia outra coisa mais lucrativa, naquele lugar, que o cruel comércio de gente. Hollanda Cavalcanti, muito possivelmente, partiu para aquelas terras com o propósito de conseguir dinheiro.

⁶⁹ TAUNAY, Affonso de E. *O Senado do Império*. Brasília: Senado Federal, 1978. p. 160.

⁷⁰ TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco em 1817*. Recife: CEPE, 2017. p. 485 – 522.

⁷¹ INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO (IAHGP). Caixa 5, 669, 1817. *Inventário de Dona Maria Rita de Albuquerque e Mello, Senhora do Engenho Suassuna*. p. 44.

⁷² HEMEROTECA DIGITAL. *Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. Terceiro Anno da Sexta Legislatura. Sessão de 1846*. Tomo primeiro. Rio de Janeiro: Typographia de Hippolyto J. Pinto, 1880. p. 455.

Ao mesmo tempo em que Hollanda Cavalcanti estava na África, os Francisco de Paula – pai e filho – estavam presos; Dona Maria Rita de Albuquerque e Mello, esposa de Francisco de Paula pai, morta; e Luiz Francisco – também filho de Francisco de Paula – estudando Leis em Lisboa. Ficavam duas crianças no meio desse caos familiar: Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Camaragibe) e Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Barão de Muribeca)⁷³.

É importante, nesse momento, atentarmos para as formações dos filhos de Francisco de Paula. O seu homônimo e Hollanda Cavalcanti eram militares; Luiz Francisco era formado em Leis, em Coimbra; os dois mais novos, Pedro e Manoel, também com o curso jurídico, mas em Gottingen, na Alemanha. Entretanto, além do fato de serem irmãos, outra característica os unia: todos seriam políticos no Império do Brasil, ocupando diversos cargos entre a Província de Pernambuco e a Corte⁷⁴.

Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, filho, viria a receber o título de Visconde de Suassuna. Desde o início da década de 1820 estava no poder de Pernambuco. Segundo Marcus Carvalho, entre 1826 e 1844, Francisco de Paula assumiu a presidência da província, efetivamente, pelo menos, sete vezes, sem falar do cargo quase eterno de vice-presidente de Pernambuco⁷⁵. Dos irmãos Viscondes, era ele quem ficava mais em Pernambuco, organizando os interesses familiares políticos e econômicos. Em 1839 ascendeu a uma cadeira no Senado, chamado por Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda). Mas, nem por isso, se rendeu ao regente: em 1840, o derrubou do cargo regencial, assumindo um dos ministérios da maioria, o da Guerra, junto ao seu irmão Hollanda Cavalcanti (Visconde de Albuquerque). Segundo Pereira da Costa, depois de 1849, Francisco de Paula teria abandonado a vida pública, “a ponto de escapar-lhe das mãos o bastão de chefe do partido conservador⁷⁶.” Mas, o ato não era sem razão: seu irmão mais moço, Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Camaragibe), receberia o encargo. Como ganhava notoriedade entre os políticos da província, Pedro Francisco conquistava a chefia partidária.

⁷³ Para saber mais sobre os Cavalcanti de Albuquerque: CADENA, Paulo Henrique Fontes. *Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser Cavalgado*. Trajetórias Políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801 – 1844). Recife: EdUFPE, 2013. passim.

⁷⁴ Biografias resumidas dos filhos do Coronel Suassuna podem ser encontradas em: PEREIRA DA COSTA. *Dicionário Biográfico...* op. cit., passim.

⁷⁵ CARVALHO, Marcus J.M. de. O encontro da “soldadesca desenfreada” com os “cidadãos de cor mais levianos” no Recife em 1831. *Clio, série história do Nordeste*, Recife, v.1, n. 18, 1998, p. 111.

⁷⁶ PEREIRA DA COSTA. *Dicionário Biográfico...* op. cit., p. 371.

Outro irmão Cavalcanti de Albuquerque que se destacou nas lides provinciais e gerais foi Luiz Francisco. Como a família buscava ocupar todos os espaços do poder, entre a província e a Corte, Luiz foi desembargador da relação de Pernambuco, deputado geral e provincial nas mais diversas legislaturas. Foi ele quem armou o futuro político de Pedro Francisco e Manoel Francisco. Fazia essa ligação entre os irmãos em Pernambuco e os corredores do Rio de Janeiro. Todavia, sua carreira política foi extremamente curta. Morreu em 1838, sendo deputado geral e provincial⁷⁷.

Enquanto os irmãos de Hollanda Cavalcanti (Visconde de Albuquerque) partilhavam, entre si, o poder da província de Pernambuco, inclusive com Pedro Francisco sendo deputado na Assembleia Provincial e professor no Curso Jurídico de Olinda, o próprio Hollanda conseguia, desde a década de 1820, ocupar ministérios, ainda junto a Pedro I (1829)⁷⁸ e na regência (1832)⁷⁹. E, na disputa pelo cargo de Regente, em 1835, aproximou-se bastante, numericamente, de Feijó, ficando com 2.251 votos contra 2.826 do padre⁸⁰. As ambições desse deputado faziam outros políticos ficarem alertas. A imprensa dava sinais de descontentamento desde 1831, quando o “Diário de Pernambuco” colocava, na primeira página: “não queremos sim, que uma família prepondere e domine a nossa província, ou outra qualquer do Brasil⁸¹”

Desde a primeira legislatura a Assembleia Geral (1826 – 1829) até a terceira (1834 – 1837) foi comum ver, ladeados, os nomes dos irmãos Luiz Francisco e Hollanda Cavalcanti na lista dos sujeitos a tomarem cadeiras na casa. Pedro Francisco só ascenderia à Câmara na quinta legislatura (1843 – 1844). Entretanto, em 1830, os irmãos Sebastião do Rego Barros e Francisco do Rego Barros (Conde da Boa Vista) também seriam eleitos deputados e permaneceriam, por muitas legislaturas, formando a bancada de Pernambuco⁸². Se não fosse um detalhe, o nome Rego Barros passaria sem importância nesse texto: eram primos diretos dos irmãos Cavalcanti de Albuquerque.

Em 1834, o jornal “O Sete d’Abril” fazia a locução desses nomes familiares unidos. Na parte anúncios, atava o laço dos Cavalcanti ao do primo Francisco do Rego

⁷⁷ ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO (APEJE). *O Echo da Religião e do Império*. Recife, 23 de março de 1838.

⁷⁸ Ocupou a pasta da Fazenda em 1829. *Organizações e Programas...* op. cit., p. 25.

⁷⁹ Ocupou a pasta do Império. *Organizações e Programas...* op. cit., p. 43.

⁸⁰ HEMEROTECA DIGITAL. *Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. Segundo Anno da terceira legislatura. Sessão em 1835*. Tomo Segundo. Rio de Janeiro: Typographia de Viuva Pinto & Filho, 1887. p. 368.

⁸¹ APEJE. *Diário de Pernambuco*. Recife, n. 145, 9 de julho de 1831.

⁸² *Organizações e Programas...* op. cit., p. 279 – 300.

Outros Tempos, vol. 16, n. 27, 2019, p. 208 - 226. ISSN: 1808-8031

Barros: “Dizem que o Sr. F. do Rego pretende apresentar um Projeto dando a seu PRIMO honras de Ministro da Fazenda vitalício; asseveram que há poucos dias concebera o Sr. Deputado tão honrosa pretensão.” Entretanto, o redator não ficava apenas nisso: “pessoas porém mais conhecedoras da verdade concordam que na *ilustre família* o Projeto é mais antigo, do que a casaca do Sr. L. Cavalcanti⁸³.” Dessa forma, enredavam a família inteira num processo de dominação política. Mas, é necessário que digamos: as alianças entre os Rego Barros e os Cavalcanti eram de ocasião. Não existia uma perene solidariedade entre os elos dessa cadeia. Os Rego Barros uniam-se a Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda), quase sempre; esporadicamente, aos primos⁸⁴. Mesmo que existisse o elo familiar, ele não ocasionava extremada união. Nem havendo o matrimônio de Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Barão de Muribeca) com dona Maria da Conceição Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Baronesa de Muribeca), filha do Coronel Francisco do Rego Barros com Dona Maria Anna Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque⁸⁵, ou seja, irmã de Francisco e Sebastião do Rego Barros, a aliança se perenizava. O que valia mais, no seio dessa família, era o interesse pessoal. Porém, quando os problemas se agravavam, juntavam-se para resolver, se os incômodos fossem comuns a todos.

Ao que parece, Francisco do Rego Barros (Conde da Boa Vista) conheceu Pedro de Araújo Lima ainda na década de 1820, quando estudava na França⁸⁶. Daí em diante, os laços cresceriam. Os irmãos Rego Barros conseguiriam ascender na política apoiando e sendo apoiados por Araújo Lima. Quando do ministério regencial de 1837, Sebastião do Rego Barros assumiu uma pasta. E, durante toda a regência do regente pernambucano (1837 – 1840), o presidente da Província de Pernambuco seria Francisco do Rego Barros⁸⁷. Assim, os Rego Barros, na pessoa de Francisco, seriam os procuradores da política de Pedro de Araújo Lima em Pernambuco.

Como já vimos, a eleição regencial de 1838 deu larga vitória a Pedro de Araújo Lima, o consagrando como uma potência política do Império do Brasil. Contudo, em Pernambuco, perdeu para o candidato Cavalcanti, Hollanda (Visconde de Albuquerque). Segundo Joaquim Nabuco, a divisão dada entre os Cavalcanti e os Rego Barros, para aquele

⁸³ HEMEROTECA DIGITAL. *O Sete d’Abril*. Rio de Janeiro, n. 155, 25 de junho de 1834.. Itálico no original. Caixa alta no original.

⁸⁴ Já demonstramos esse pensamento em: CADENA, op. cit., passim.

⁸⁵ IAHP. *Inventário da Baronesa de Muribeca*, 1887.

⁸⁶ CAMARA CASCUDO. *O Marquez...* op. cit., p. 89 – 91.

⁸⁷ Para saber mais das relações entre os Rego Barros e Pedro de Araújo Lima: CADENA, Paulo Henrique Fontes. *O Vice-Rei*. Pedro de Araújo Lima e a governança do Brasil no século XIX. Recife: UFPE, 2018. Tese de doutorado.

Outros Tempos, vol. 16, n. 27, 2019, p. 208 - 226. ISSN: 1808-8031

momento, “era um acidente puramente local e passageiro⁸⁸.” Todavia, não era bem assim. Como temos visto, os Rego Barros aliavam-se a Araújo Lima e não aos seus primos Cavalcanti. A aliança entre os grupos Cavalcanti – Rego Barros – Araújo Lima dava-se em momentos muito específicos, quando os laços se afrouxavam demais e Pernambuco passava às mãos de adversários, como se deu na década de 1840, quando os “Praieiros”, liberais pernambucanos, tomaram as rédeas da província contra os “guabirus”, os conservadores, ali, naquele momento, aliançados entre Cavalcanti – Rego Barros – Araújo Lima.

Para conseguirem realizar o projeto de estar na maior parte dos espaços do poder, abraçando com todos os tentáculos as malhas que se estendiam desde o juizado de paz até o Senado, os Cavalcanti, em certos momentos, fizeram algumas alianças com os seus aparentados. O que nos parece é que as mesmas possuíam a característica de não serem perenes. O mais certo é que tanto os Rego Barros quanto Araújo Lima, além dos Cavalcanti, possuíam ambições próprias. Quando o ego era ferido ou ameaçado, os elos rompiam-se, ou, talvez, pelo menos, afrouxavam-se. Eram grupos paralelos que buscavam cada vez mais poder e, tantas vezes, esbarravam-se nos limites uns dos outros. Quanto mais espaço Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Camaragibe) ganhava na política pernambucana, mais Rego Barros ia se afastando, pelo comprometimento da extensão do seu poderio. Nos dias do reinado de Pedro II, tanto os Cavalcanti quanto Araújo Lima e os Regos Barros permaneciam no poder. E com o mesmo jogo de sempre.

Epílogo

Entre os anos de 1850 e 1860, Pedro de Araújo Lima (Visconde e Marquês de Olinda), aproximava-se cada vez mais de Pedro II. O Imperador deixava de ser um menino. Ia querendo assumir o poder com as suas próprias mãos. Enquanto isso, o senador pernambucano se afastava, literalmente, da terra natal. Só retornaria a ela nos anos de 1860, depois de décadas distante. Ao mesmo tempo, Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Camaragibe) liderava os conservadores na província, conseguindo eleger bancadas de deputados através das suas armações com o amigo José Tomás Nabuco de Araújo.

⁸⁸ NABUCO, op. cit., p. 64.

O Marquês de Olinda assumiria a presidência do Conselho de Ministros em 1857-1858, 1862-1864 e 1865-1866⁸⁹: sempre com conflitos extremados vindos dos seus antigos apoiadores de Pernambuco. Nesse tempo, o Visconde de Camaragibe seria presidente da Câmara entre 1861 e 1863⁹⁰. Além desse problema a ser contornado, o Marquês de Olinda teria de enfrentar um adversário e opositor dentro do próprio ministério nos dias de 1862-1863: Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, o Visconde de Albuquerque, irmão de Camaragibe

Como o Visconde de Camaragibe não ia muito à Corte, mantinha as notícias em dia através das missivas enviadas pelo padre-deputado-bajulador Pinto de Campos. Fazendo queixas contra o Marquês de Olinda, diria ao seu chefe, em 1858: “Não creia que o Marquês é o homem de outrora. Está inteiramente mudado no físico e no político⁹¹”. Olinda afinava-se com a nova situação buscada através da conciliação: o que não agradava aos pernambucanos.

Até a década de 1860, o Monsenhor Pinto de Campos continuaria a lamentar-se sobre a nova maneira de se mover na política, do Marquês de Olinda. Em Pernambuco o descontentamento era quase geral. E para dar uma resposta ao ex-regente, faziam que o seu candidato, Sá e Albuquerque, perdesse duas eleições, como já dissemos no início desse texto. Mas o ministério não deixava por menos: a legislatura de 1864-1866 não veria os nomes do padre Pinto de Campos e nem do Visconde de Camaragibe assentarem-se na Câmara⁹².

Enquanto os Cavalcanti de Albuquerque conseguiam manter o poder local de Pernambuco em suas mãos, até os idos da década de 1860, com curtas interrupções, parece que o próprio Marquês de Olinda se via como um político sem lugar provincial. Um homem do Brasil. Na década de 1850, respondeu aos agradecimentos de uma comissão da Assembleia Legislativa da Província de Pernambuco: “Na minha carreira política não tenho feito nada em benefício do País que não tenha sido em cumprimento do meu dever⁹³.” Em 1864, ele dizia quase a mesma coisa quanto aos seus serviços: “cumprimento de um dever”. E “este dever cada vez me impele com mais força⁹⁴.” Ele tinha consciência de sua importância e orgulhava-se de ser um político mais nacional do que regional. Talvez essa estratégia o tenha feito o

⁸⁹ *Organizações e Programas...* op. cit., p. 117 – 118; 130 – 133; 141 – 143.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 263.

⁹¹ IAHGP. Arquivo Visconde de Camaragibe. Caixa 1. *Carta do padre Joaquim Pinto de Campos para o Visconde de Camaragibe*. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1858.

⁹² *Organizações e Programas...* op. cit., p. 336 – 337.

⁹³ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. DL. 215.47. *Mensagens e respostas de cumprimentos. Cumprimento da Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco*. 10 de março de 1854.

⁹⁴ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. DL. 215.42. *Mensagem de cumprimentos das Câmaras Municipais de Olinda, Igarassu, Goiana, Nazaré, Rio Formoso, Ipojuca, Vila Bela, Flores e Ouricuri*. 30 de abril de 1864.

Outros Tempos, vol. 16, n. 27, 2019, p. 208 - 226. ISSN: 1808-8031

homem mais importante do Império, buscado por Pedro II sempre que precisasse. Só não foi bom para ser lembrado pelas pessoas que viriam depois dele: hoje, é um grande esquecido.

Se o público pernambucano hodierno desconhece quem seja o Marquês de Olinda, com os Cavalcanti de Albuquerque é diferente. Pode ser que não saibam distinguir quem é quem dentre os irmãos; no entanto, reconhecem a importância da família para a política de Pernambuco. Talvez, sendo alguém questionado sobre os seus conterrâneos, siga na eterna querela em querer dividir os Cavalcanti com “i” e os Cavalcante com “e”, ou declame a quadrinha tão cantada nos dias de 1848: “Quem viver em Pernambuco/ Deve estar desenganado/ Que ou há de ser Cavalcanti/ Ou há de ser cavalgado”. A proximidade dos irmãos Cavalcanti com Pernambuco conseguiu deixar seus traços, até hoje, no imaginário dos pernambucanos.